

SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA)

Data da reunião: 28/02/2024 **Presidente:** Senadora Leila Barros

lte	em	ldentificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	à mudan Autoria: [tramitaç	Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação ça do clima. Câmara dos Deputados	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação nos termos do substitutivo.	O PL estabelece diretrizes gerais para a elaboração dos planos de adaptação à mudança do clima, com o objetivo de implementar medidas para reduzir a vulnerabilidade e a exposição a riscos dos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura diante dos efeitos adversos atuais e esperados das mudanças climáticas, com fundamento na Lei 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Determina que os planos de adaptação à mudança do clima estabelecerão medidas para integrar a gestão do risco da mudança do clima nos planos e nas políticas públicas setoriais e temáticas existentes e nas estratégias de desenvolvimento; prevê a priorização de estratégias voltadas à segurança alimentar e nutricional, hídrica e energética; trata do arranjo institucional para formulação e implementação dos planos, e, no caso do plano nacional, da articulação interfederativa e da participação social dos mais vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima; define que o plano nacional deverá ser elaborado no prazo de um ano a partir da publicação da lei resultante e indicará prazos para a elaboração dos planos estaduais e municipais; determina que o plano nacional promoverá a cooperação internacional para o financiamento, a capacitação, o desenvolvimento, a transferência e a difusão de tecnologias e processos para ações de adaptação; prevê a possibilidade de financiamento dos planos estaduais e municipais por meio de recursos do Fundo Clima. O relator propõe substitutivo para, entre outras medidas: a) incluir entre as diretrizes gerais para a elaboração dos planos a adequação do setor agropecuário, a adoção de soluções baseadas na natureza e a priorização de medidas por populações, setores e regiões mais vulneráveis, considerando critérios étnicos, raciais, de gênero, idade e condição de deficiência; b) integrar os planos de adaptação com os planos sobre mudança do clima que contemplem medidas de mitigação; c)

lter	n Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				priorizar a adaptação com base em populações, setores e regiões mais vulneráveis; d) estabelecer áreas temáticas específicas; e) enfatizar a representação da sociedade civil e a cooperação internacional; f) assegurar a implementação prioritária nas áreas de infraestrutura urbana; e, g) possibilitar o uso de recursos provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o financiamento da elaboração e implementação de planos municipais. A emenda apresentada acrescenta dispositivo que prevê o estímulo às práticas sustentáveis, bem como, o pagamento por serviços ambientais e ecossistêmicos, de forma a promover a adaptação do setor agropecuário a uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). 1. Em 21/02/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA).
2	PL 542/2022 Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Cid Gomes	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	O PL prevê que não incorre em crime quem procede à poda ou ao corte de árvore quando o órgão ambiental responsável não responder de maneira fundamentada, no prazo máximo de 45 dias, a requerimento que solicita o corte ou a poda em razão da possibilidade de ocorrência de acidente devidamente atestada por profissional habilitado, considerada tacitamente autorizada sua realização quando esgotado o referido prazo. Estipula que esse requerimento seja instruído com laudo de empresa ou de profissional habilitado. O relator propõe emenda para estabelecer que os profissionais responsáveis por atestar o risco de acidente relativo à queda de árvore ou de galhos, bem como aqueles contratados para efetuar a poda ou o corte, sejam credenciados pelo município. 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
3	PL 1011/2023 Ementa: Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.011 de 2023 com as Emendas 1- T e 2-T e mais uma que apresenta.	O PL, que institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no País, possui 19 artigos, organizados em seis capítulos. O Capítulo I (das Disposições Gerais) estabelece que a Política será implementada pela União em cooperação com os estados, os municípios e o DF, para prevenção da exposição humana ao mercúrio acima do limite máximo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS); determina diretrizes da lei, como ações preventivas multidisciplinares, instrumentos de informação, monitoramento, avaliação e controle da exposição ao mercúrio, formação continuada dos trabalhadores da rede de serviços de saúde e promoção da notificação da exposição ao mercúrio; e apresenta as definições, entre elas, exposição ao mercúrio, autoridade de saúde e notificação compulsória. O Capítulo II (da Exposição ao Mercúrio) determina que a exposição humana ao mercúrio será determinada pela quantidade do metal em amostras de cabelo, sangue e/ou urina, definindo limites máximos para cada uma delas, conforme recomendações da OMS. É considerada exposta a pessoa que apresentar níveis de mercúrio em seu corpo acima desses limites. O Capítulo III (do Sistema de Controle da Exposição ao Mercúrio e do Monitoramento) institui e determina atribuições do Sistema de Controle da Exposição ao Mercúrio na população brasileira. O

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				Capítulo IV (da Segurança Alimentar e da Prevenção da Exposição ao Mercúrio) disciplina a segurança alimentar e a prevenção da exposição ao mercúrio, estabelecendo, entre os objetivos, o fortalecimento dos programas de atenção básica de saúde; determinação de recomendações de consumo de alimentos, de acordo com o conteúdo estimado de mercúrio; criação de grupo de trabalho intersetorial multidisciplinar; e publicação de guia básico de prevenção da exposição ao mercúrio. No Capítulo V (da Campanha Permanente de Enfrentamento à Exposição e Intoxicação por Mercúrio), o Projeto estrutura a Campanha Permanente de Enfrentamento à Exposição e Intoxicação por Mercúrio, preventiva e educativa, pautada nos seguintes princípios: enfrentamento à exposição e intoxicação por mercúrio; ônus do poder público nesse enfrentamento; formação de profissionais da saúde; programas educacionais; e cuidado e acompanhamento das pessoas intoxicadas pelo SUS. Fixa o dia 8 de novembro como o Dia Nacional do Enfrentamento à Exposição e Intoxicação por Mercúrio no País, com a sua programação alinhada aos princípios definidos na lei. Por fim, o Capítulo VI (das Disposições Finais) traz como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar da aprovação do projeto. A matéria recebeu as emendas nos 1-T e 2-T. A primeira insere entre as atribuições da União a de mapear e gerar estatísticas de: a) áreas de garimpo que utilizem mercúrio; e b) incidência de casos de exposição por área mapeada, para posterior monitoramento. A segunda pretende incluir nas diretrizes da Política a promoção e a articulação intersetorial para as ações de tratamento e minimização de efeitos à saúde, em caso de exposição ao mercúrio. O relator é favorável à matéria e às emendas, e apresenta nova emenda para retirar do texto unidades de medida referentes a limites máximos de mercúrio em amostras de monitoramento humano, de modo a evitar que esses valores se desatualizem ao longo do tempo e do desenvolvimento científico. 1. Em 14/04/2023, foram apresentadas as
4	PL 3027/2022 Ementa: Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Fabiano Contarato	Pela aprovação com 6 emendas que apresenta	O PL pretende instituir a Política Nacional de Qualidade do Ar, a que estão sujeitas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis por emissão de poluentes atmosféricos, gestão da qualidade do ar e controle da poluição. São estabelecidos princípios, objetivos e definições, destacadamente: a) as definições de poluentes primários e secundários, inventário de emissões de poluentes atmosféricos e fontes fixa, móvel e difusa; b) os princípios de cuidado com as populações mais vulneráveis, especialmente os grupos sensíveis, e a visão sistêmica na gestão da qualidade do ar; e c) os objetivos de assegurar a preservação da saúde pública, do bem-estar e da qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações, fomentar a pesquisa científica aplicada à tecnologia e à inovação e fortalecer a gestão da qualidade do ar nos órgãos e nas entidades que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Ademais, são previstos os instrumentos da Política, como o Sistema Nacional de Gestão da

Consultoria Legislativa do Senado Federal Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA) 4 Data da reunião: 28/02/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				Qualidade do Ar (MonitorAr), com regras do seu funcionamento, que integra e divulga os dados gerados pelas estações estaduais e distrital de monitoramento da qualidade do ar, utilizando para essa divulgação o Índice de Qualidade do Ar (IQAr). Esse Índice será definido como o valor utilizado para fins de comunicação e informação à população e relacionará as concentrações dos poluentes monitorados aos possíveis efeitos adversos à saúde. O texto determina que: a) a União, por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), estabelecerá padrões nacionais de qualidade do ar que integrarão o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar); b) os estados e o DF poderão estabelecer em regulamentos próprios padrões de qualidade do ar em seu território, desde que mais restritivos que os padrões nacionais; c) o monitoramento da qualidade do ar ficará sob a responsabilidade dos órgãos e instituições integrantes do Sisnama, por meio da criação de uma Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, com definições de competências à União, via Ministério do Meio Ambiente (MMA), e aos estados e ao DF; d) o monitoramento de fontes fixas deve seguir as condicionantes do licenciamento ambiental e as normas vigentes, e os dados das estações de monitoramento devem ser integrados ao MonitorAr. O projeto prevê os critérios para fixação dos limites máximos de emissão e que a forma de elaboração do inventário de emissões atmosféricas será estabelecida em regulamento nos âmbitos federal, estadual e distrital, com prazos e conteúdo que estabelece. São considerados planos de gestão da qualidade do ar: a) o Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar, com conteúdo mínimo que estabelece; e c) o Plano para Episódios Críticos de Poluição do Ar. São mencionados alguns dos programas de controle da poluição nacional: a) o Pronar; b) o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve); c) o Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (Promot); d) o programa de sucateamento e

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PL 5100/2019 Ementa: Estabelece limites para emissão sonora resultante das atividades em templos religiosos. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Mecias de Jesus	Pela aprovação com 1 emenda que apresenta	O PL visa a estabelecer limites para emissão sonora resultante das atividades em templos religiosos, determinando que a propagação sonora, no ambiente externo, resultante das atividades realizadas em templos de qualquer crença, não poderá ultrapassar, durante o dia, os limites de 85 decibéis (dB) na zona industrial, de 80 dB na zona comercial e de 75 dB na zona residencial e, durante a noite, de 10 dB a menos em cada uma das respectivas áreas. Ademais, o texto define conceitos como o de período noturno e de ambiente externo. As medições da propagação sonora pelas autoridades ambientais serão acompanhadas por um ou mais representantes indicados pela direção da entidade religiosa onde se fizer a medição, sendo necessárias, para a constatação de excesso de emissão sonora, três medições para fins de cálculo da média aritmética, desconsiderando-se as emissões decorrentes de fontes diversas daquelas atribuídas às atividades realizadas nos templos religiosos. O projeto determina os critérios para aplicação das penalidades disciplinares ou compensatórias, bem como das multas ou de outras sanções legais; e a competência supletiva de estados e municípios. O relator é favorável à matéria com emenda que apresenta para suprimir o art. 5º do PL, que pretende alterar a Lei 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), para desvincular as normas supletivas dos estados dos padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), assim como dispensar as normas supletivas dos municípios de seguirem os padrões federais e estaduais.
6	PL 4464/2021 Ementa: Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes). Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Wellington Fagundes	Pela aprovação	O PL visa a modificar o art. 2º da Lei 12.43/2011, para incluir expressamente a possibilidade de emissão de debêntures para incentivo de implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. Ademais, pretende incluir o § 9º no referido artigo, para definir como projetos de desenvolvimento sustentável aqueles de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação que proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes e os referentes a: geração, transmissão e distribuição de energia renovável de baixo carbono; eficiência energética; prevenção e controle de poluição; proteção de ecossistemas, recuperação de áreas degradadas e restauração de recursos ambientais; entre outras ações. 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
7	PL 496/2023 Ementa: Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais. Autoria: Senador Fabiano Contarato [tramitação] Não Terminativo	Senador Beto Faro	Pela aprovação com 1 emenda que apresenta	O projeto pretende alterar, na Lei de Crimes Ambientais (LCA), o art. 9º para prever, em seus quatro incisos, as modalidades de prestação de serviços à comunidade, pena esta restritiva de direito; e o art. 20 prescrevendo que a sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação ampla dos danos causados pela infração considerando todos os prejuízos, materiais e morais, sofridos pelo ofendido e/ou pelo meio ambiente. O relator é favorável à matéria com emenda que apresenta para manter o parágrafo único do art. 20, que possibilita a liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido, além de fazer ajustes redacionais.

lte	n Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
8	PL 3492/2023 Ementa: Institui o Programa Nacional de incentivos ao uso de aquecedores solares de água para uso em residências. Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes [tramitação] Não Terminativo	Senador Zequinha Marinho	Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1- T	O PL institui o Programa Nacional de incentivos ao uso de aquecedores solares de água para uso em residências (Pronasol). São estabelecidos princípios, objetivos e conceitos do Programa, destacadamente: a) o princípio da segurança energética; b) o objetivo de fomentar o aproveitamento de recursos energéticos para aquecimento solar térmico; e c) o conceito de sistema solar térmico, composto por conjunto de equipamentos para geração de energia térmica voltada para aquecimento de água para uso residencial unifamiliar. O texto obriga o poder público a divulgar anualmente a quantidade de estabelecimentos certificados com utilização de incentivos governamentais contendo, no mínimo, porte, tipo, localização e economia de energia resultante, além de seus benefícios em termos de economia e de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE). Ademais, o projeto altera: a) a Lei 11.977/2009, para que em determinadas situações seja obrigatória a instalação de sistema solar térmico, considerando eficiência energética, economia de recursos para a unidade habitacional e custo de oportunidade para emprego dos recursos públicos; e b) a Lei 8.036/1990, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no caso de aquisição de sistema solar térmico. O relator manifesta-se favoravelmente à matéria e à emenda nº 1-T, que visa acrescentar o inciso V ao art. 3º do projeto, para incluir como objetivo do Pronasol o estímulo à pesquisa e inovação no setor. 1. Em 09/08/2023, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA). 2. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Item	Identificação da matéria
	REQ 1/2024 - CMA
9	Ementa: Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 2088/2023, que "acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro".
	Autoria: Senadora Tereza Cristina

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.